

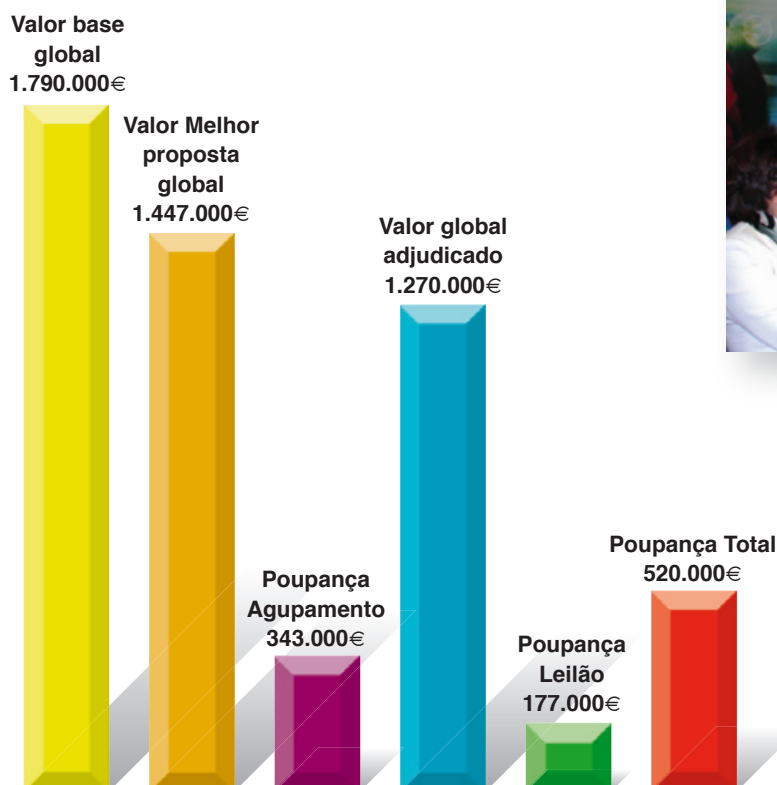
## Central de Compras

### A AMAL apresenta resultados dos Municípios a outras regiões do país

A AMAL e a Área Metropolitana de Lisboa, com o incentivo e colaboração da ANMP, e sob a organização da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, apresentaram em Tomar, no dia 27 de Maio, os seus projectos de aquisição conjunta de bens - compras electrónicas / central de compras.

O encontro de Comunidades Intermunicipais, subordinado ao tema "Aquisição Conjunta de Bens e Serviços" teve como objectivo a partilha das experiências do Algarve e de Lisboa com as outras regiões do país.

Os Municípios do Algarve pouparam 520 mil euros ao adquirirem em conjunto, através da AMAL, papel, consumíveis de informática, produtos de higiene e limpeza e material de economato.



- 343.000 euros de poupança resulta da economia de escala associada ao facto dos Municípios adquirirem os bens em conjunto.
- Os restantes 177.000 euros foram obtidos directamente através dos leilões electrónicos realizados.



## Reunião do Conselho Executivo

### Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF)

Tal como em anos anteriores, as corporações de Bombeiros solicitaram apoio às respectivas Câmaras Municipais para suportar os encargos com pessoal dos bombeiros que integram, em permanência, o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais.

O Conselho Executivo, concordou novamente com a formalização de um subsídio às respectivas corporações de bombeiros no mesmo valor de anos anteriores – 19 euros/dia, por cada elemento que integre o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais.

### Reuniões com os Municípios de Monchique e Vila do Bispo

A equipa técnica da AMAL reuniu com a Presidência das Câmaras Municipais de Monchique e Vila do Bispo para apresentar o projecto Central de Compras da AMAL, bem como para efectuar um ponto de situação de outros projectos em curso na AMAL, nomeadamente a Contratualização do QREN, Formação, Cartografia e Pyrosudoe.

### Plataforma da Contratação Pública

Realizou-se no dia 24 de Maio um Encontro/Seminário, que teve como principais objectivos explicar as funcionalidades da plataforma da contratação pública e esclarecer dúvidas relacionadas com a sua utilização e no qual participaram 50 participantes de 12 Municípios e da AMAL.

### Ecovia – artigo na revista “Radtouren magazin”

Na sequência de uma visita da jornalista alemã Judith Weibrecht ao Algarve, para conhecer a Ecovia do Litoral, foi publicado um artigo na edição de Maio/Junho da revista bimestral alemã dedicada ao turismo ciclável. Apesar de faltar 30% do traçado e da extensão já executada enfrentar alguns problemas de manutenção o balanço da visita foi positivo, tendo merecido particular destaque o contacto com a natureza.

### Reunião com o instituto Geográfico Português

Decorreu na AMAL, no dia 27 de Maio, uma reunião com o IGP, para tratar da homologação da cartografia, dos procedimentos de cedência da cartografia a terceiros, bem como da produção de cartografia à escala 1:2000 e informatização do cadastro geométrico de propriedade rústica.

### Grupo Operativo da Plataforma Supra Concelhia do Algarve

No passado dia 10 de Maio, realizou-se no Centro Distrital da Segurança Social, em Faro, a 1.ª reunião do Grupo Operativo. Esta reunião teve como objectivo apresentar o projecto “Por Um

Algarve Sem Pobreza”, bem como analisar as propostas dos parceiros para a realização das actividades candidatas.

### Elaboração do Regimento da Assembleia Intermunicipal

O grupo de trabalho da Assembleia constituído para a elaboração do Regimento deste órgão intermunicipal tem reunido para preparar a proposta do referido Regimento.

### Participação dos eleitos locais nos órgãos sócias de empresas do sector empresarial do Estado

A Presidente da Câmara Municipal de Silves transmitiu aos membros do Conselho Executivo, o teor do parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativo ao assunto acima mencionado, segundo o qual “Consideram-se, assim, legitimadas as remunerações recebidas desde 01/01/2007 até 21/10/2009 pelos autarcas que acumulam funções não executivas em empresas do sector empresarial do Estado participadas pelo respectivo Município, não havendo, assim lugar à reposição de vencimentos em tal âmbito”.

### Notariado privativo dos Municípios e execuções fiscais

O Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel deu conhecimento do parecer jurídico emitido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses relativo às execuções fiscais e ao notariado privativo dos Municípios sendo que, no referente à questão do notariado privativo, entende a ANMP que nos Municípios deixou de subsistir enquadramento legal para a manutenção deste serviço.

### Contratualização do PO Algarve 21, Transferência de projectos

Com o objectivo de esclarecer algumas situações referentes à transferência de projectos no âmbito da contratualização do PO Algarve 21 a AMAL oficiou a CCDR Algarve, solicitando informação sobre as datas previstas para os seguintes itens:

- Transferência dos projectos contratualizados;
- Formação para os técnicos da AMAL no âmbito do sistema informático SIGA;
- Abertura de avisos de concursos para as tipologias “Gestão de Espaços Protegidos e Classificados” e “mobilidade Territorial”

### PO Algarve 21, Integração de Escolas no FEADER

Na sequência das diligências que a AMAL tem desenvolvido junto do Ministro da Agricultura para resolver esta situação, a Presidência da AMAL e o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas reuniram novamente para a analisar a situação de co-financiamento de escolas no FEADER, de acordo com o compromisso assumido quando se contratualizou

o PO Algarve 21, que envolve uma verba de aproximadamente 7.3 milhões de euros. Concluiu-se que a AMAL irá integrar uma equipa de trabalho, em conjunto com a Autoridade de Gestão do PRODER, com o objectivo de estabelecer bases normativas que permitam o financiamento comunitário dos referidos centros escolares.

### Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial

A AMAL e a AMBAAL (Associação de Municípios do Baixo Alentejo e do Alentejo Litoral) na sequência da parceira que têm vindo a desenvolver manifestaram interesse em constituir um Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) com a Andaluzia. Assim, no passado dia 21 de Maio decorreu uma reunião entre estas duas entidades e a Secretaria Geral de Acção Exterior da Junta de Andaluzia para aferir qual a sua disponibilidade para integrar a AECT.

## Legislação de Interesse para os Municípios

- **Decreto-Lei n.º 50/2010, de 20 de Maio** - Cria o Fundo de Eficiência Energética previsto no Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética.
- **Portaria n.º 277-A/2010, de 21 de Maio** - Regulamenta o Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de Setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 61-A/2008, de 28 de Março, e 43/2010, de 30 de Abril, que cria o programa de apoio financeiro Porta 65 - Arrendamento por Jovens.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de Junho** - Define os critérios de reordenamento da rede escolar.
- **Portaria n.º 314/2010, de 14 de Junho** - Define as taxas devidas pelos actos e serviços prestados pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR) e revoga a Portaria n.º 393/2004, de 16 de Abril.

## Workshop Orçamentos Participativos

O Orçamento Participativo é um mecanismo de participação dos cidadãos, com incidência directa sobre a componente do investimento do orçamento público municipal, que se constitui como uma prática regular, institucionalizada com base na vontade e no compromisso político.

As primeiras iniciativas datam de finais da década de 80 e ao longo dos anos tornou-se um fenómeno sem precedentes ao qual Portugal não ficou indiferente tendo estes processos vindo a merecer uma atenção crescente, nomeadamente por promover uma maior aproximação entre os cidadãos e a Administração Autárquica.

Concluiu-se que, uma vez que a Junta de Andaluzia assinou recentemente um protocolo de Constituição da Euroregião com as CCDR's do Algarve e do Alentejo e que actualmente estão a desenvolver um Plano de Desenvolvimento Estratégico para as referidas regiões, não é seu objectivo constituir um AECT em 2010. No entanto manifestou o seu interesse na constituição do referido Agrupamento no seio da Euroregião, para o ano de 2011. Face ao exposto a AMAL e a AMBAAL disponibilizaram-se para colaborar com as respectivas CCDR's e coma Junta de Andaluzia na elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico.

### ALGAR – Escaravelho Ferruginoso

A ALGAR informou a AMAL de que o pedido de isenção de taxa feito pelos Municípios para depósito de material relativo às palmeiras afectadas pela praga do escaravelho ferruginoso foi indeferido, com base num parecer da Agência Portuguesa do Ambiente.

- **Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho** - Estabelece as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de protecção familiar e do subsistema de solidariedade, bem como para a atribuição de outros apoios sociais públicos, e procede às alterações na atribuição do rendimento social de inserção, tomando medidas para aumentar a possibilidade de inserção dos seus beneficiários, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 164/99, de 13 de Maio, à segunda alteração à Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril.

Tratando-se de um processo relativamente novo entre nós e tendo em atenção o interesse que actualmente desperta, a AMAL e a Associação In Loco estão a promover no próximo dia 09 de Julho um workshop com o objectivo de dar a conhecer este instrumento de gestão, que pela sua natureza e especificidade se destina a autarcas, chefes de gabinete, adjuntos e dirigentes.

Para qualquer esclarecimento sobre este evento contactar o serviço de formação da AMAL.



## Gestão de Infraestruturas de telecomunicações construídas no âmbito de operações Urbanísticas

Decorrente da Publicação do Decreto-Lei n.º 123/2009 de 21 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009 de 25 de Setembro, resultou uma profunda alteração ao quadro legal relativo às infraestruturas de telecomunicação construídas no âmbito de operações urbanísticas (ITUR). Destas alterações resultam para as autarquias um vasto conjunto de obrigações, entre as quais destacamos a título meramente exemplificativo o estabelecimento de regulamentos, a publicitação das instruções técnicas para a construção ou ampliação de infra-estruturas, efectuar vistorias para efeitos de licenciamento, fazer a gestão e conservação das ITUR, directamente ou não.

Face ao exposto e dada a especificidade da matéria e das alterações ao quadro legislativo detectou-se uma necessidade generalizada de formação na área, pelo que o serviço de formação da AMAL irá proceder aos contactos necessários no sentido de promover as seguintes acções:

- Um workshop mais generalista que permita compreender o quadro jurídico e técnico com que se deparam as autarquias. Esta formação terá como destinatários a generalidade dos técnicos que irão intervir nesta fase de estudo;
- Uma formação específica para os técnicos que irão ficar directamente responsáveis pela área em apreço, com o objectivo de veicular toda a informação necessária para a recepção das infra-estruturas e posterior gestão das mesmas.

## Apetrechamento Tecnológico das EB1 do Algarve

No âmbito da candidatura apresentada ao PO Algarve 21 para apetrechamento tecnológico das Escolas EB1 do Algarve, foi celebrado um contrato de financiamento entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Algarve, a AMAL na qualidade de entidade promotora e as 16 Câmaras Municipais do Algarve na qualidade beneficiários e cujo objecto é o co-financiamento da candidatura "Apetrechamento Tecnológico das EB1 do Algarve".

É objectivo desta candidatura criar as condições para a generalização do acesso à internet e para produção de conteúdos on-line, permitindo assim a prossecução dos objectivos definidos nas políticas nacionais na área da Sociedade da Informação e do Conhecimento. Esta candidatura que se concretiza através das tipologias de investimento Quadros Interactivos, Redes de Área Local (LAN) e Segurança dos Equipamentos, tem um investimento total no valor de 675.600,00€, sendo a comparticipação FEDER no valor de 337.800,00€.

## Concurso de Ideias

Está em curso a preparação do concurso de ideias de Lagoa para a requalificação da margem esquerda do rio Arade (zona a jusante de Ferragudo). O Município de Silves manifestou também interesse em avançar com o processo de concurso de ideias para alguns troços que carecem de requalificação da frente marítima de Armação de Pêra.

## Formação

A AMAL, por solicitação da Câmara Municipal de Tavira, promoveu na câmara uma acção de formação referente ao SIADAP 123, desenhada de acordo com as suas necessidades e objectivos específicos.

Com esta acção, a referida autarquia obteve os instrumentos necessários para implementar as alterações decorrentes do SIADAP 123, uma vez que esta acção de formação permitiu desenhar os objectivos e indicadores de medida de diversos departamentos, dando assim continuidade ao processo que iniciou em 2006.

## Programa de Estágios Profissionais para a Administração Pública Local (PEPAL)

A Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL) informou a AMAL de que os estágios ao abrigo da nova legislação não são extensíveis à Região do Algarve, uma vez que são financiados por fundos comunitários no âmbito do Eixo 5, tipologia de intervenção 5.2, do Programa Operacional do Potencial Humano, cuja aplicação territorial abrange apenas as regiões do Norte, Centro e Alentejo